

Brasília, cidade sem lei

Ana Dubeux
Samanta Sallum
Da equipe do **Correio**

Sabotagem, guerrilha, ameaças e um pedido de socorro. Cenas antes escondidas por uma vitrine de aparente tranquilidade, mas agora reveladas num documento sigiloso, onde a Polícia Civil avalia a greve de seus agentes, que completa hoje 24 dias. A situação foi descrita como caótica pelo próprio diretor-geral do órgão, Teodoro Rodrigues. No ofício, encaminhado à Secretaria de Segurança, ele sugere uma medida drástica para conter os ânimos acirrados dos grevistas: a intervenção federal.

O relatório, ao qual o **Correio** teve acesso com exclusividade, foi encaminhado na sexta-feira passada, dia 19, ao secretário de Segurança, Roberto Aguiar. Em duas páginas, o diretor da Polícia Civil descreve um quadro de descontrole e ameaça de confronto. Teodoro informa que os agentes e delegados que não aderiram à greve e também os plantonistas correm perigo nas delegacias "numa situação temerária e vulnerável".

"Apesar dos esforços no sentido de manter a regularidade dos serviços prestados à comunidade, esta Direção-Geral encontra-se impossibilitada de manter as últimas medidas adotadas, vez que não há como res-

guardar a segurança física das autoridades policiais em atividades nas delegacias", relata o diretor-geral.

Ele vai além afirmando que o movimento paredista é promovido por "pessoas armadas e inconseqüentes", que extrapolam o sentido reivindicatório do movimento para assumir "caráter de guerrilha". Diante desse quadro, o diretor pede que sejam tomadas providências enérgicas e imediatas para conter o grupo grevista que tem o objetivo de desestabilizar o governo e provocar intervenção federal. "Se ela tiver que ocorrer é melhor que seja de iniciativa própria do governo local, enquanto ainda há tempo", destaca Teodoro.

O xerife da Polícia Civil ainda sugere que o GDF recorra à Justiça para que seja decretada a ilegalidade da greve. O tom de preocupação percorre todo o documento que narra episódios em que um segmento radical de grevistas é acusado de atos intimidatórios e de sabotagem.

SABOTAGEM

E o mais grave: esta ala incita o resto a um confronto com a Polícia Militar, convocada pela Secretaria de Segurança a assumir a função da Polícia Civil para garantir as visitas aos presos da Papuda e da Coordenação de Polícia Especializada (CPE).

Segundo informações de Teodoro, um grupo policiais portando ostensivamente armas de grosso calibre e armas de propriedade particular, em atitude ameaçadora, "prontos para eventual conflito armado com qualquer força repressiva", tomaram o Complexo da Polícia Civil no dia 18.

Além disso, Teodoro informa que no pátio da CPE há várias viaturas

policiais sabotadas, com pneus esvaziados, "com a finalidade de impossibilitar o trabalho regular dos delegados que não aderiram à greve e também inviabilizar eventuais providências emergenciais".

No relatório, também é relatado que a secretária-geral do Sindicato dos Policiais Cíveis do DF (Sinpol), Joana Isackson, liderou um grupo de policiais que, alcoolizados e portando armas, alguns deles encapuzados, haviam tomado a 2ª Delegacia de Polícia (Asa Norte). Isso teria ocorrido porque uma agente e também sindicalista foi afastada da delegacia por ter aderido à greve.

O secretário de Segurança, Roberto Aguiar, afirmou ao **Correio** desconhecer o documento assinado pelo diretor da Polícia Civil. "Se ele existe, eu não fui o destinatário. Não tenho conhecimento algum sobre isso", limitou-se a dizer. Questionado sobre as consequências da greve para a segurança do DF, ele garantiu mais uma vez: "Está tudo sob controle".

A reação dos policiais grevistas e dos delegados diante do relatório da direção da Polícia Civil foi de grande surpresa e indignação. "Isso é o maior absurdo que já ouvi. O que foi escrito é irreal. Quem tentou radicalizar e incitou o confronto foi o diretor com essa atitude. Não tomamos delegacia alguma", defendeu-se a secretária geral do Sinpol e agente penitenciária, Joana Isackson.

DITADURA

Ela ainda sustenta que nunca houve intenção do movimento em se confrontar com a Polícia Militar. "Fomos à CPE e à Papuda com a objetivo de garantir o cumprimento de uma liminar que proibia a PM de assumir as funções da Polícia Civil. Não fomos para entrar em guerra. Como foi registrado, as visitas aos presos ocorreram de forma tranquila".

A sindicalista não poupa Teodoro Rodrigues. "Ele vê nosso movimento com os olhos de quem já serviu durante muitos anos a ditadura militar. É um retrógrado. Não conseguimos entender como um homem desse está num governo dito democrático e popular", ataca.

Os delegados, que por sua vez não aderiram à greve, ficaram também perplexos com o relatório. "Isso revela a incapacidade desse governo e do secretário de Segurança em solucionar conflitos. O impasse com os grevistas já poderia ter sido resolvido se as negociações tivessem sido conduzidas de outra forma", avalia o secretário-geral do Sindicato dos Delegados da Polícia Civil do DF (Sindepó), Wilson Machado.

O sindicato diz desconhecer os episódios narrados no documento. Para o presidente do Sindepó, Aquiles de Oliveira, o pior momento já passou. "Há dez dias chegamos ao pico da tensão, mas não ocorreu fato de tanta gravidade para um pedido de intervenção. Seria uma banalização do instrumento", reforça ele.

O diretor-geral da Polícia Civil, Teodoro Rodrigues, foi procurado pelo **Correio** mas preferiu não comentar o assunto.

A CARTA DO DIRETOR



POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA DIREÇÃO-GERAL
ASSESSORIA JURÍDICA

Brasília/DF, 19 de junho 1998.

Sr. Secretário,

Transmitimos a V. Exa. as apreensões das autoridades policiais e, em particular, desta Direção-Geral, com relação ao movimento grevista deflagrado pelo Sindicato dos Policiais Cíveis do Distrito Federal - SINPOL, conforme fatos abaixo expostos, dentre outros:

Na data de ontem, constatou-se a tomada do Complexo Policial Civil pelos integrantes do movimento (Agentes de Polícia, Escrivães e Agentes Penitenciários), dentre eles alguns servidores já aposentados. Há informes de que alguns policiais portavam ostensivamente armas de grosso calibre e armas de propriedade particular amparadas por porte livre inerente à função exercida, em atitude nitidamente ameaçadora, prontos para eventual conflito armado com qualquer força repressiva, mesmo intestina.

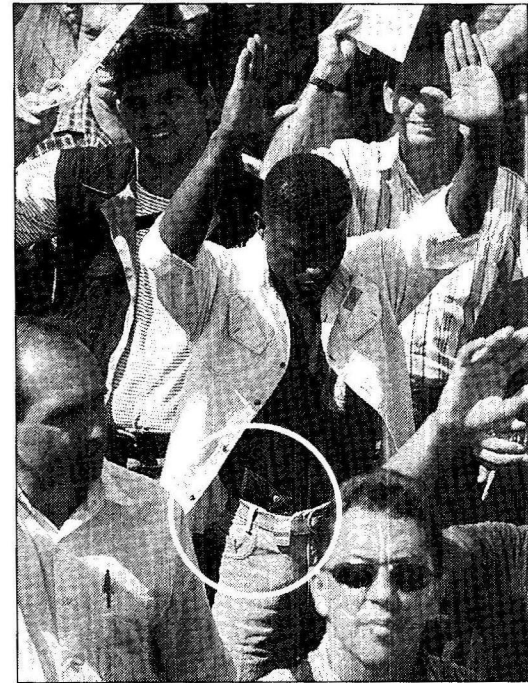
Há informes de que os servidores aposentados foram e estão sendo convocados para troca de tiro com a Polícia Militar e engrossar o movimento com disposição para enfrentamento de qualquer natureza.

No pátio da Coordenação de Polícia Especializada há várias viaturas policiais sabotadas, com pneus esvaziados, com a finalidade de impossibilitar o trabalho regular dos Delegados de Polícia e dos demais servidores que não aderiram à greve, bem como inviabilizar eventuais providências de natureza emergencial.

Vários policiais não envolvidos na greve, inclusive lotados nas unidades diretamente vinculadas à Direção-Geral da Polícia Civil, vêm recebendo intimidações, ou mesmo ameaças graves, para adesão ao movimento.

Setor de Áreas Isoladas Sudoeste - SAISO, Lote 23, Bloco A - Complexo da PCDF - CEP: 70.610-200 - Brasília/DF
Telefones: (061) 361-2034(tel/fax), 362-5805, 234-5295(tel/fax). E-MAIL (Internet): assjur@pcdf.df.gov.br

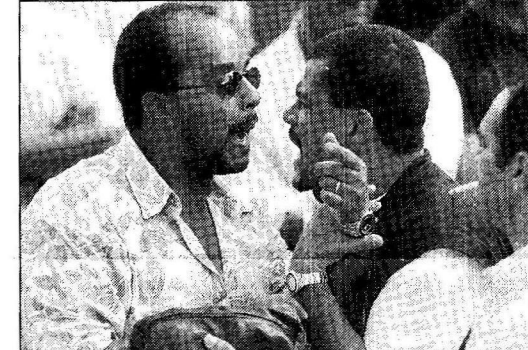
Wanderlei Pozzembom 19.6.98



Em assembleia na semana passada, os policiais decidem realizar piquetes. Ele participam dos encontros da categoria armados. A Polícia Civil alerta a Secretaria de Segurança que esses agentes integram o movimento grevista com armas de grosso calibre e também com armas de propriedade particular, amparados no benefício inerente a suas funções. Com as armas intimidam nas delegacias os agentes de delegados que não aderiram à greve. O Sinpol rebate afirmando que não há ação ostensiva. "O movimento é pacífico", garante o presidente do sindicato.

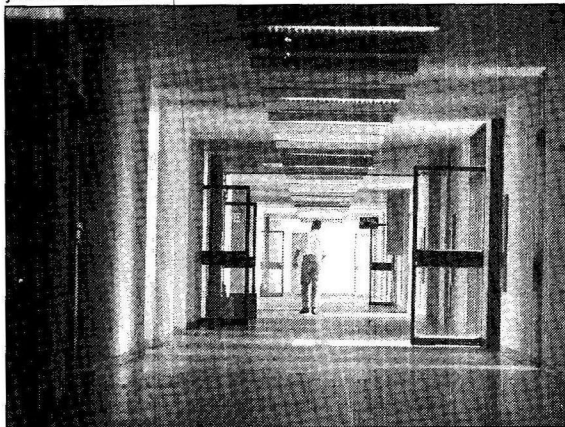
Apesar do sindicato afirmar que está respeitando os 30% de contingente que a lei manda para garantir a legalidade de uma greve em serviços considerados essenciais, delegados denunciam que viaturas e equipamentos foram sabotados por grevistas para impedir o funcionamento da Polícia Civil.

Carlos Vieira 3.6.98



O clima fica mais tenso a cada assembleia. O 14º dia da paralisação dos policiais civis começou sem a remoção de cadáveres dos hospitais, sem a escolta a presos nas saídas para os fóruns e tratamento de saúde e com atendimento nas delegacias só para casos de crimes hediondos. As decisões foram tomadas em assembleia realizada no dia 14 de junho. A categoria promete radicalizar caso o governo não atenda suas reivindicações.

Joedison Alves 3.6.98



Greve da polícia esvazia delegacias. Policiais civis decidem que só vão atender a casos de flagrantes e de crimes hediondos. Governo diz que começa a corta o ponto no dia 3 de junho. Agentes de polícia e penitenciários, escrivães, papiloscopistas, peritos e médicos legistas não aceitaram as promessas do governo.

Raimundo Paccó 18.6.98



No noite do dia 17, os policiais civis em greve ocupam a Coordenadoria de Polícia Especializada (CPE) para impedir que a Polícia Militar garantisse a visita aos presos a ser realizada no dia seguinte. O secretário de Segurança preferiu que a PM não entrasse na CPE e suspendeu as visitas por pedido dos próprios presos que queriam evitar que suas famílias corressem risco com um possível confronto entre as duas polícias. Dois dias depois, a direção da Polícia Civil concluiu seu relatório sobre a greve.

Os policiais civis em greve não aceitam ser substituídos por policiais militares nem por delgados convocados para trabalhos burocráticos. Assim serviços à população ficam ainda mais prejudicados. O Sindicato da categoria entrou com duas ações na Justiça para impedir isso. E chegou a ganhar liminar que desautorizava a PM a exercer a função dos policiais civis para garantir visita aos presos.



POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA DIREÇÃO-GERAL
ASSESSORIA JURÍDICA

Há informes sobre radicalização e extrapolação dos limites aceitáveis do movimento, onde um grupo muito grande de policiais civis, incitados pela sindicalista MARIA JOANA M. ISACKSSON, Agente Penitenciária, matrícula nº 38.082-2, vêm se apresentando alcoolizados e portando armas de fogo de longo alcance e de grosso calibre, alguns deles encapuzados, conforme se constatou na data de ontem, no episódio ocorrido na 2ª Delegacia Policial/Asa Norte.

Na conjuntura atual, conforme exposto, os Delegados de Polícia escalados para atendimento emergencial diretamente nos plantões das unidades policiais estão sob circunstâncias temerárias e vulneráveis, sendo imprevisíveis as consequências de eventual impasse ou acirramento por parte dos grevistas e do grupo intrasindical.

Apesar dos esforços envidados no sentido de manter a regularidade dos serviços prestados à comunidade, esta Direção-Geral encontra-se impossibilitada de manter as últimas medidas adotadas, vez que não há como resguardar a segurança física das autoridades policiais em atividade nas Delegacias, em número bastante inferior ao das demais categorias.

A par de tal comunicação e dos dados apontados, solicitamos a V. Exa. enérgicas e imediatas providências, por parte dessa Secretaria e do Governo do Distrito Federal, visto claro o objetivo do grupo grevista em desestabilizar o poder constituído e, com isso, provocar intervenção federal, o que, se tiver de ocorrer, é melhor que seja de iniciativa do próprio Governo local, enquanto ainda há tempo.

Lamentavelmente, a Instituição Policial Civil do Distrito Federal não conta com Delegados de Polícia em número suficiente para enfrentamento de um movimento paredista que assume características de grave sublevação da ordem, promovido por pessoas armadas e inconseqüentes, e, nessas condições, extrapolando qualquer sentido de movimento reivindicatório para assumir caráter de guerrilha.

Inclusive, por ocasião da visita ao Núcleo de Custódia e Centro de Internamento e Reeducação, sugerimos a V. Exa. a adoção da medida legal cabível, ou seja, o pedido, à Justiça, da decretação de ilegalidade da greve, para preservação das Instituições e daqueles grevistas que estão no movimento de boa-fé.

Atenciosamente,

TEODORO RODRIGUES PEREIRA
Diretor-Geral

Setor de Áreas Isoladas Sudoeste - SAISO, Lote 23, Bloco A - Complexo da PCDF - CEP: 70.610-200 - Brasília/DF
Telefones: (061) 361-2034(tel/fax), 362-5805, 234-5295(tel/fax). E-MAIL (Internet): assjur@pcdf.df.gov.br